

Eletrobrás e sua nova posição no “jogo” do setor elétrico.

Energia Privatizada, companhia levou o lote 8 com lance de R\$ 137,7 milhões apresentado pela Eletronorte

Em leilão, Eletrobrás mostra que voltou ao jogo

Robson Rodrigues e Tais Hirata
De São Paulo

O leilão de transmissão de energia realizado ontem pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) na R3, em São Paulo, foi marcado por disputa em quase todos os lotes arrematados e foi a oportunidade para a volta da recém-privatizada Eletrobrás entre os vencedores. A expectativa é de investimentos totais de R\$ 15,3 bilhões.

A concorrência teve deságio médio de 46,16% em relação aos R\$ 22 bilhões de Receita Anual Permitida (RAP) projetados pela agência reguladora. O valor se refere à remuneração que os empreendedores receberão pelos contratos.

Ano todo, dez grupos — entre consórcios e empresas — se tornaram responsáveis pela construção e a manutenção de quase 5,5 mil km de linhas de transmissão e 6.180 megawatts-ampères (MVA) em capacidade de transformação de subestações.

As obras têm prazo de conclusão de 42 a 60 meses. As concessões são de 30 anos, contadas a partir da celebração dos contratos. Entre os empreendedores, estão contemplados os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

As principais vencedoras do leilão foram a Cia. Elep, a Neoen Energia e o Consórcio Verde (formado pela Cymy e pelo fundo de investimentos Brasil Energia). Os grupos levaram os três maiores lotes, que somam R\$ 12,27 bilhões de investimentos ao todo, para linhas de transmissão de grande porte em Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo.

O grupo espanhol Neoen Energia ficou com o maior lote do leilão, com previsão de R\$ 4,5 bilhões de investimentos. O mercado recebeu mal a oferta, considerada agressiva. As ações da empresa fecharam ontem em R\$ 14,92, queda de 5,15%. Em teleconferência com analistas, realizada ontem mesmo, os executivos da companhia defenderam que os novos investimentos não irão precionar o balanço da companhia e que os projetos terão taxa de retorno real de dois dígitos.

Outro destaque de ontem foi o retorno da Eletrobrás entre os vencedores, com a Eletronorte conquistando o lote 8, que inclui uma subestação em Porto Velho, com investimentos de R\$ 137,7 milhões. Os lotes 8 a 12 do leilão são relativos a empreendimentos já licitados, porém não implantados e com capacidade dos contratos já declarada pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Segundo o diretor da Anel, Hélio Guerra, juntos, os projetos contratados no leilão garantem 9 gigawatt (GW) de capacidade de escoamento de geração solar fotovoltaica no Norte de Minas e trazem alívio para a agência em relação às ontigas dos geradores solares que tentam autossu-

ção do desconto do uso da rede. A diretora-geral substituta da Anel, Camila Bonfim, classificou o resultado do leilão de ontem como excelente e disse que não emerge risco quanto aos custos elevados aferidos aos projetos em licitação.

A expectativa das autoridades é que o setor de transmissão mantenha a tendência de disputa nos próximos leilões, com fortes deságios. Soma-se que a crescente necessidade de escoamento de energia renovável principalmente do Nordeste deve puxar investimentos no setor.

O coordenador-geral de Planejamento da Transmissão do MME, Guilherme Zanetti Rosa, não arca estimar quando e nem quantos projetos serão colocados em leilões no ano que vem. “Mesmo assim, 2023 será um ano bem interessante e de destaque no setor de transmissão”, prevê.

O diretor de Estudos de Energia Elétrica da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Erik Rego, tem o mesmo entendimento. Novos projetos de linhas de transmissão e mais dois bipoles em corrente contínua devem sair do papel para reforçar a capacidade de transmissão de energia do Nordeste para os centros de carga. Segundo ele, os reforços previstos para os próximos anos devem mais que quadruplicar a capacidade de escoamento do Nordeste para o Sul e Sudeste até 2029, chegando a 32 GW.

“Com as obras que estão sendo entregues pela EPE, são 32 GW de capacidade de escoamento. A previsão é que isso fique pronto até 2028. Serão cerca de R\$ 50 bilhões de investimento”, calcula Rego.

Hoje o Nordeste se tornou exportador de grandes blocos de energia para os centros consumidores, mas os gargalos na transmissão dificultam uma escala maior de eletricidade enviada. O executivo explica que a expansão dos próximos anos no setor de transmissão em dois linhões de corrente contínua poderá atingir a cifra de R\$ 25 bilhões.

Martelo batido
Leilão terminou com todos os lotes arrematados e Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 1,2 bilhões, deságio médio de 46,16%.

LOTE 1 (MG/SP)
Extensão: 1.269 km
Investimentos: R\$ 3.68 bilhões
Vencedor: Consórcio Engie Brasil
Lance: R\$ 283,3 milhões
Deságio: 47,34%

LOTE 2 (MG/SP)
Extensão: 1.207 km
Investimentos: R\$ 4.93 bilhões
Vencedor: Neoen Energia
Lance: R\$ 341 milhões
Deságio: 50,33%

LOTE 3 (MG/ES)
Extensão: 1.191 km
Investimentos: R\$ 3.65 bilhões
Vencedor: Elep Group
Lance: R\$ 265,7 milhões
Deságio: 46,75%

LOTE 4 (AP)
Extensão: 217 km
Investimentos: R\$ 282,8 milhões
Vencedor: Zaporo Engenharia
Lance: R\$ 36,89 milhões
Deságio: 3%

LOTE 5 (BA/SE)
Extensão: 113 km
Investimentos: R\$ 232 milhões
Vencedor: Eleltole
Lance: R\$ 12 milhões
Deságio: 26,52%

LOTE 6 (SP)
Extensão: 191 km
Investimentos: R\$ 232 milhões
Vencedor: Elep Group
Lance: R\$ 13,4 milhões
Deságio: 99,21%

LOTE 7 (PA)
Extensão: 650 MVA em capacidade de subestação
Investimentos: R\$ 100 milhões
Vencedor: Consórcio Engie Brasil
Lance: R\$ 6,48 milhões
Deságio: 99,91%

LOTE 8 (RO)
Extensão: 12 km
Investimentos: R\$ 137,7 milhões
Vencedor: Eletronorte
Lance: R\$ 137,7 milhões
Deságio: 30,57%

LOTE 9 (MT/PA)
Extensão: 650 MVA em capacidade de subestação
Investimentos: R\$ 88,5 milhões
Vencedor: Eleltole
Lance: R\$ 174 milhões
Deságio: 32,68%

LOTE 10 (SC)
Extensão: 239 km
Investimentos: R\$ 243 milhões
Vencedor: Tarcia
Lance: R\$ 33,8 milhões
Deságio: 47,96%

LOTE 11 (MS)
Extensão: 291 km
Investimentos: R\$ 491 milhões
Vencedor: Neoen Energia
Lance: R\$ 36,2 milhões
Deságio: 45,24%

LOTE 12 (AM)
Extensão: 13 km
Investimentos: R\$ 209,7 milhões
Vencedor: Eletronorte
Lance: R\$ 126,6 milhões
Deságio: 35,26%

LOTE 13 (AC)
Extensão: Compensação Síncrona
Investimentos: R\$ 220,7 milhões
Vencedor: Consórcio Norte
Lance: R\$ 22,4 milhões
Deságio: 32%

Embora a imprensa dita especializada venha reportando a excelente participação do Grupo Eletrobrás no Leilão de Transmissão 1/2022 (veja [aqui](#) e [aqui](#)) como consequência da recente privatização, alguns pontos devem ser esclarecidos.

Desde 2014, a Eletrobrás não participava de leilões de transmissão, o que é um fato, em parte por conta de impedimentos regulatórios por conta de atrasos em um passado distante, que já foram sendo contornados desde 2019, estando definitivamente resolvido no Leilão 1/2022, onde o último impedimento foi superado, estando todas as empresas do grupo habilitadas a participar de Leilões em qualquer modalidade.

A atitude da ANEEL impedindo a Eletrobrás de participar dos leilões de transmissão nesse período foi tão inédita quanto exagerada, já que a maior parte tinha relação com os atrasos provocados por outras instituições do governo, com o demora para obtenção de licenças do IBAMA. Mas não vale a pena entrarmos nesse debate. Importa aqui mostrar que a saída forçada da Eletrobrás dos leilões de transmissão revelou o que acontece no mercado quando o governo fica sem instrumentos de ação e refém do mercado privado. Entre 2013 e 2016, enquanto algumas das empresas da Eletrobrás estiveram impedidas de participar dos leilões de transmissão, das 137 linhas oferecidas nos leilões, 65 não tiveram ofertas. Ou seja, 45% dos leilões de linhas de transmissão foi vazio, não obteve nenhuma empresa interessada. A propalada pujança das empresas privadas desapareceu de repente com a saída da Eletrobrás

do mercado. Mas não era apenas isso. Se tratava claramente uma chantagem do mercado privado, que deu certo. Com a recusa das empresas em participar dos leilões, a Aneel se viu obrigada a aumentar tanto as taxas de retorno quanto os prazos das concessões. Como resultado final, a construção de linhas de transmissão ficou muito mais cara para o consumidor. Além disso, os leilões vazios resultaram em uma demora maior para a construção das linhas de transmissão, que fez muita falta e que ficou claro nas recentes crises de energia elétrica. Esse foi o resultado da desastrada retirada forçada da Eletrobras pública do mercado.

Quanto a capacidade de investimento alegada pela dita "imprensa especializada", é público e notório que leilão não é a única maneira de agregar ativos de transmissão. A Eletrobras não deixou de realizar investimentos em transmissão, focando na ampliação das suas instalações, obras que são autorizadas diretamente da ANEEL e não fazem parte do processo competitivo, portanto, com menos publicidade. Mesmo assim, as empresas do Grupo Eletrobras estiveram presentes no Leilão de 2020, fazendo ofertas compatíveis com sua capacidade de investimento, atuação geográfica e retorno aos seus acionistas, fazendo ofertas em 5 dos 11 Lotes (inclusive no maior deles, com investimentos estimados na ordem de R\$ 2 bilhões). O fato de não arrematar nada tem a ver com capacidade ou não de investir, mas sim com a estratégia determinada pela administração, que à época decidiu por altas taxas de retorno, como bem confessou o ex-conselheiro Roberto Brandão em umas das audiências públicas relacionadas à privatização da Eletrobras.

Há tempos temos demonstrado que a drástica redução dos investimentos da Eletrobras era uma opção política. Com recursos em caixa, baixo nível de endividamento e alta geração operacional de caixa, a perda de participação no mercado é parte de uma estratégia que visa a priorizar o pagamento de dividendos. Estas decisões retiraram a competitividade da Eletrobras em leilões, mas não impediram a expansão da empresa por outros meios.

Por fim, e mais importante, a empresa não voltou a arrematar lotes porque foi privatizada. É importante que se diga que a minuta de edital deste leilão foi publicada em fevereiro de 2022, quando se dá publicidade aos ativos a serem licitados. A empresa foi finalmente privatizada em 14 de junho de 2022 e a inscrição para o leilão iniciou em 17 de junho de 2022. Todo o processo decisório foi tomado com a empresa ainda pública, a não ser que alguém consiga ser inocente o suficiente para acreditar que em 3 dias foram feitos todos os estudos de engenharia e financeiros necessários para esta oferta. Ou seja, não houve nenhum mérito da vitória do Grupo Eletrobras no leilão de transmissão relacionado ao processo de privatização, que na prática sequer foi finalizada, uma vez que não houve sequer a substituição do Conselho de Administração. O título correto para as manchetes deveria ser ***"Embora atrapalhada pelo processo de privatização, empresas do Grupo Eletrobras voltam a arrematar lotes e seguem ampliando o parque transmissor e entregando energia limpa e segura aos brasileiros"***. Uma vez empossada a nova administração, não se sabe se haverá interesse em novos investimentos, uma vez que a missão parece ser vender a energia das usinas que já foram amortizadas por anos pelo

contribuinte brasileiro e certamente valem muito dinheiro, com pouco risco. O contribuinte que banque a expansão da rede de agora em diante.

Está claro que a falta de investimentos dos últimos anos não foi provocada por dificuldades financeiras da Eletrobrás. Ela foi apenas resultado de uma política de governo que desde 2016 decidiu pela interrupção dos investimentos para apostar no projeto de privatização da empresa. E, ao contrário do que afirmam o governo e a grande mídia, a privatização da Eletrobrás não tem como objetivo fazer a empresa voltar a investir. O único objetivo da privatização é tornar a Eletrobrás um instrumento para enriquecer ainda mais a elite brasileira e estrangeira, tirando da empresa qualquer resquício do seu caráter de empresa pública, voltada ao atendimento das necessidades de população.

Por isso, o que podemos esperar da Eletrobrás privada é a manutenção de um baixo nível de investimentos, uma empresa que a partir de agora fará coro, junto com as outras empresas privadas do setor, para pressionar o governo e a ANEEL mais e mais pela elevação das taxas de retorno regulatórias dos investimentos, e que terá como principal objetivo a distribuição de dividendos e não mais o atendimento à população brasileira.

Portanto, nos manteremos fortes na luta pela reestatização da Eletrobrás e em defesa dos interesses dos trabalhadores e da população brasileira!

Compartilhe esse informe com os colegas e compareça!

Juntos somos sempre mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE ([links nas logos abaixo](#)).

A Diretoria, em 5 de julho de 2022.

Associação dos Empregados da Eletrobrás – AEEL

